



INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS

R. Mal. Deodoro, 12, - Bairro Centro, São João del Rei/MG, CEP 36300-074

Telefone: - www.museus.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 01448.000219/2019-31

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de equipamentos para eventos e atividades a serem desenvolvidas no Museu Regional de São João del Rei no âmbito da 13ª Primavera de Museus, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITENS	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Microfone de lapela, com Cabo integrado de 4 a 8 metros; plug em formato P2 (1/8"); Captação omnidirecional; com espuma Windscreen para redução de ruídos; com clipe ou presilha para afixação na roupa.	01
02	Kit Câmera Fotográfica Digital DSLR, Câmera Canon Eos T6i + Lente 18-55mm + Lente 55-250mm + 2 cartões MicroSD. Câmera Digital Reflex Marca Canon Rebel T6i Premium Kit Com 18-55mm + 55-250mm + 2 Sd 32gb Ou similar com qualidade superior com as seguintes características mínimas: sensor Cmos de 24,2 megapixels; Processador de Imagem; Video Full; Wi-Fi integrado com NFC; Bluetooth; ISO 100-12800; Tela LCD Touchscreen Móvel; Wireless; com 2 cartões de memória SD HC (ou microSD HC), Classe 10, com capacidade mínima de 32GB. Objetivas (lentes): 18-55mm e 55-250mm removíveis e cambiáveis; com estabilizador de imagem (IS); compatível com sensor Cmos; com foco automático (motor de foco); compatível com a câmera que será fornecida.	01
03	1 Girafa com contrapeso (Altura Máxima: 3 Metros), compatível com sombrinhas, flashes e banners, Acompanha 1 Saco de contra peso vazio. 8 lâmpadas 45W (5500K) 110V 1 lâmpada 150W (5500K) 110V 2 Softbox 50 x 70cm 1 Softbox 50x50 com soquete único 2 Tripés de Iluminação com até 2mt 2 Suportes com soquete quadruplo 1 Bolsa para Transporte	01
04	Tripé de liga de alumínio anodizado com capacidade de carga de 7,0 kg, 2 estágios, 3 seções de perna, abertura independente de pernas com trava Quick Power Lock com pontas de borracha e tamanho de rosca de montagem da cabeça de 3/8 -1 6 com bolha de nível giratória, coluna central rápida com trava de fricção 90º. Cabeça hidráulica com capacidade de carga de 5kg com sistema de trava lateral e placa de liberação rápida. cartuchos hidráulicos para eixo de pam (360º) e tilt (-70º/+90º) e contrapeso de 2,4kg. rosca de 3/8 . em liga de alumínio, c om nível de bolha e alça para controle e precisão.	01
05	TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL Requisitos mínimos: a) Material da tela: Tecido Matte White ; b) Formato da tela: , tela retangular; c) Área de projeção: Largura Mínima de 2m e Altura Mínima de 1,80m. d) Fixação: sustentação por tripé telescópico com ajuste de altura; e) Recolhimento da tela: manual; f) Perfil: estrutura em alumínio e acabamento em pintura epóxi; g) Ajuste de Inclinação: correção de efeito trapézio; h) Acompanhar bolsa para o transporte da tela, tripé e material para fixação.	01

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As atividades educativas e culturais elaboradas no âmbito da 13ª Semana da Primavera de Museus visam aproximar o museu de seu público através de duas ações. Primeiro, será apresentado, em algumas escolas de São João del-Rei, um vídeo institucional onde será abordado os bastidores do museu: como são efetuados os trabalhos, por quem e a logística necessária ao bom funcionamento da instituição. Dar-se á ênfase, ainda, no depoimento de pessoas próximas ao museu, buscando ressaltar a sua relação com a instituição e a importância que ela tem em sua vida.

2.2. Em um segundo momento, haverá uma palestra nomeada "Ética e Comportamento no Ambiente de Trabalho" para o público interno. O objetivo é proporcionar aos colaboradores oportunidade de desenvolvimento pessoal e capacitação profissional, buscando dessa forma um ambiente positivo e favorável ao alcance da excelência profissional.

- 2.3. As atividades educativas e culturais que se realizarão na 13ª Primavera de Museus contribuirão para:
- a) a divulgação do MRSJDR;
 - b) a aproximação com a comunidade em seu redor;
 - c) capacitação da equipe do museu;
 - d) compartilhamento de conhecimentos relacionados aos museus e seus setores, estudos e pesquisas que são realizados pelas diversas áreas da instituição.

2.4. Para que as atividades descritas acima ocorram de modo satisfatório e os objetivos almejados sejam alcançados há a necessidade de aquisição dos equipamentos conforme especificação do item 1.1.

2.5. Diante do exposto acima, o objetivo é adquirir os equipamentos necessários, conforme lista especificada no item 1.1, para a elaboração e execução das atividades educativas e culturais do Museu Regional de São João del Rei durante a 13ª Primavera de Museus.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Trata a pretendida compra da aquisição de bens comuns, conforme disposto na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002: "O bem ou o serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento das propostas, mediante especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto".

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar de cotações eletrônicas de preços, os fornecedores que solicitarem seu credenciamento prévio junto ao Órgão Promotor da Cotação Eletrônica.

4.2. É vedada a participação de consórcios e de empresas impedidas de licitar e/ou contratar com o Instituto Brasileiro de Museus ou com a Administração Pública, na forma estabelecida em lei.

4.3. Como requisito para a participação em cotação eletrônica, o fornecedor deverá assinalar, em campo próprio do Sistema:

- a) a inexistência de fato impeditivo para licitar e/ou contratar com o Instituto Brasileiro de Museus ou com a Administração Pública;
- b) o pleno conhecimento e aceitação das presentes regras, das Condições Gerais da Contratação e do contido no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços;

4.4. A partir da divulgação do Pedido de Cotação Eletrônica de Preços terá início a sessão pública virtual de cotação com a recepção de propostas de preço, qualquer que seja o valor ofertado, exclusivamente, por meio do Sistema, vedada a apresentação de proposta em papel.

4.5. A partir do registro da sua proposta no Sistema, os fornecedores participantes terão conhecimento do menor valor ofertado até o momento e poderão formular lances de menor valor, sendo informados, imediatamente, sobre o seu recebimento com a indicação do respectivo horário e valor.

4.6. Só serão aceitos novos lances, cujos valores forem inferiores ao do último lance registrado no Sistema.

4.7. Durante o transcurso da sessão pública virtual de cotação eletrônica, os fornecedores participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance que tenha sido apresentado pelos demais participantes, vedada a identificação do detentor do lance;

4.8. A etapa de lances da cotação eletrônica será encerrada a qualquer instante após apresentação de aviso de fechamento iminente, observado o período de tempo máximo de 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo Sistema;

4.9. Imediatamente após o encerramento da cotação eletrônica, o Sistema divulgará a classificação, indicando as propostas ou lances de menor valor, até o máximo de cinco.

4.10. O fornecedor melhor classificado será considerado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto da cotação, desde que sua proposta atenda às especificações do objeto.

4.11. O Instituto Brasileiro de Museus poderá anular ou cancelar a cotação eletrônica, total ou parcialmente, sem que disso resulte, para o proponente, direito a qualquer indenização ou reclamação.

5. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

5.1. A empresa cuja proposta for classificada como a de melhor preço deverá comprovar a sua regularidade fiscal e trabalhista para a contratação com a Administração Pública.

5.2. Nos termos do Art. 4º da IN SLTI/MP nº 02/2010, nos casos de dispensa de licitação estabelecidos no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666, de 1993, deverá ser comprovada pelas pessoas jurídicas a regularidade com o INSS, FGTS e Fazenda Federal e, pelas pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

5.3. A regularidade poderá ser comprovada por meio do cadastro da empresa no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, que constitui o registro cadastral do Poder Executivo Federal, na forma do Decreto nº 3.722/2001, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

5.4. Em atenção ao disposto no Art. 29, Inciso V, da Lei nº 8.666/93, a regularidade trabalhista será verificada mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, expedida gratuita e eletronicamente, a qual poderá ser consultada via Web, através do número do CPF ou CNPJ do empregador.

5.5. A proponente deverá apresentar declaração de que não possui, em seu quadro de pessoal, empregado (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V, do art. 27 da Lei nº 8.666/1993.

5.6. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a Administração realizará consulta ao SICAF, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. O critério de julgamento da presente contratação será do tipo menor preço por item, sendo declarada vencedora a empresa proponente que apresentar o menor preço segundo o critério estabelecido e que atenda plenamente às especificações do objeto e às condições de habilitação para contratação com a Administração Pública.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única, no seguinte endereço: *Rua Marechal Deodoro, nº: 12 - Largo Tamandaré, Centro, São João del-Rei, Minas Gerais - CEP: 36.300-074.*

7.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 04 (quatro) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O fornecedor habilitar-se-á ao pagamento mediante a apresentação de Nota Fiscal / Fatura e após terem sido cumpridos todos os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

8.2. Os valores discriminados em Nota Fiscal deverão ser os mesmos consignados na Nota de Empenho, sem o que não será liberado o respectivo pagamento. Em caso de divergência, será estabelecido prazo para o fornecedor fazer a substituição da Nota Fiscal.

8.3. O pagamento será efetuado à contratada por meio de Ordem Bancária, através do domicílio bancário pelo qual deseja receber seus créditos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do competente atesto da nota fiscal. Caso a fatura seja devolvida por inexistência, novo prazo de igual magnitude será contado a partir de sua reapresentação.

8.4. Será verificada anteriormente ao pagamento a manutenção, pela contratada, das mesmas condições de habilitação exigidas para a contratação, devendo o resultado dessa consulta ser juntado aos autos do processo próprio.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus anexos;

9.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;

9.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia ou validade;

10.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

10.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto da contratação.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE DA EXECUÇÃO

13.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

13.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Se a Contratada inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos Arts. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

14.1.1. pelo atraso na entrega do material em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do material não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do material;

14.1.2. pela recusa em efetuar o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo de entrega estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material;

14.1.3. pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido;

14.1.4. pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;

- 14.1.5. pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Termo de Referência ou no Pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- 14.2. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 14.3. As importâncias relativas a multas serão descontadas do pagamento porventura devido à Contratada, ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.
- 14.4. O Instituto Brasileiro de Museus poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.
- 14.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 14.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 14.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
 - 14.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 14.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
15. **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**
- 15.1. A proposta de preços a ser apresentada pelo proponente deverá observar o modelo constante do ANEXO I e conterá, no mínimo, a discriminação completa do(s) bem(ns); valores unitários e totais; dados completos da proponente (razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, representante legal).
- 15.2. Deverão ser considerados todos os custos diretos e indiretos relacionados com o objeto desta cotação eletrônica tais como fretes, seguros, contribuições sociais e outros, inclusive taxas, impostos e demais despesas que a contratada deverá pagar.
- 15.3. Caso sejam necessários outros esclarecimentos, a proponente poderá entrar em contato com o Museu Regional de São João del-Rei, pelo telefone (32) 3371-7663 ou pelo endereço eletrônico: mrsjdr@museus.gov.br.
16. **ANEXOS**
- 16.1. ANEXO I - Modelo de Proposta Comercial

ANEXO I – Modelo de Proposta Comercial**DADOS DA PROPONENTE:**

Nome: _____
 Razão social: _____
 CNPJ nº: _____
 Banco: _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____
 Endereço completo: _____
 Telefone: () _____
 E-mail: _____
 Validade da proposta (não inferior a 60 dias): _____

Etapa	Descrição dos serviços	Quantidade	Valor
01			
02			
03			
04			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ _____

Valor Total por extenso: (_____)

Declaração:

1. Declaro que os preços cotados incluem todos os custos indiretos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes do Termo de Referência nº XX/2019 – Museu Regional de São João del-Rei.

Em _____ de _____ de 2019.

 Nome, cargo e assinatura da Proponente.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Nogueira Oliveira, Técnico em Assuntos Educacionais**, em 02/09/2019, às 16:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diego Felipe Garcia, Diretor(a) do Museu Regional de São João del-Rei, Substituto(a)**, em 03/09/2019, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.museus.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0671695** e o código CRC **1217E64E**.